

## Nota da Editora

O Brasil está em fase avançada da transição demográfica e as mudanças na estrutura etária da população colocam grandes oportunidades e desafios para as políticas públicas, que devem ser avaliadas à luz do contexto social, mas principalmente considerando o contexto econômico. Tais mudanças demográficas, aliadas às transformações epidemiológicas, em contexto de enormes desigualdades, trazem novos desafios que devem ser considerados no planejamento de políticas dirigidas ao bem-estar da população. Diante do inevitável envelhecimento populacional, bem como do volume de idosos que a população brasileira terá nas próximas décadas, é essencial que tanto o padrão demográfico quanto o epidemiológico sejam objetos de pesquisas. É com tal propósito que se agregam, neste número especial da *Rebep*, dez artigos vinculados aos temas envelhecimento populacional, saúde e mortalidade, além de uma nota de pesquisa e uma resenha de livro.

O primeiro grupo de artigos está relacionado ao envelhecimento populacional e algumas de suas consequências mais pesquisadas na atualidade e efeitos ainda pouco explorados na literatura. **Tim Miller** e **Helena Cruz Castanheira** apresentam um modelo simples, mas muito efetivo, para estimar o impacto fiscal do envelhecimento populacional no Brasil no período 2005-2050, com ênfase nas despesas em educação, previdência social e saúde, mostrando que as reformas atuais nas pensões representarão um crescimento importante no gasto público nas próximas décadas, sendo que os investimentos em educação, tão necessários, irão competir com o aumento de gastos em saúde e previdência social. Por outro lado, o impacto do Benefício de Prestação Continuada sobre a composição dos domicílios com idosos no Brasil é analisado por **Maira Andrade Paulo**, **Simone Wajnman** e **Ana Maria Camilo Hermeto de Oliveira**, que testam e apontam para a confirmação da hipótese de aumento de domicílios unipessoais de idosos devido ao recebimento do benefício. **Rodrigo Rafael Zanon**, **Antonio Carlos Moretto** e **Rossana Lott Rodrigues** estudam os efeitos do envelhecimento na mudança de padrão de consumo da população e concluem que, apesar do crescimento dos setores de intermediação financeira e seguros, saúde mercantil, serviços domésticos e produtos farmacêuticos, devido ao envelhecimento populacional, a estrutura produtiva do país se altera pouco e lentamente, visto que a maior parte dos gastos das famílias não idosas está nos mesmos setores que os das famílias idosas. Um tema pouco estudado, vinculado às mudanças na estrutura etária, é a migração de idosos. A discussão sobre este assunto é feita de forma teórico-analítica por **Marden Barbosa de Campos** e **Alisson Flávio Barbieri**, que afirmam que o perfil do migrante idoso é muito distinto do perfil do jovem, pois, em geral, está associado à “aposentadoria, busca de suporte e reunião familiar”, ainda que estes idosos se dividem, em geral, em dois grupos bem distintos: um com melhores condições de saúde e renda; e outro com piores condições, que migra em busca de suporte. O artigo de **Francismara Fernandes Guerra** e **Moema Bueno Gonçalves Fígoli** trata de um aspecto metodológico sobre as estimativas de esperança de vida em face de mudanças nas

taxas de mortalidade. Com as crescentes reduções da mortalidade, as autoras afirmam que a esperança de vida das coortes é maior do que as de período e, assim, estimam a defasagem e o diferencial entre estas medidas.

O segundo grupo de artigos aborda as condições de saúde da população. **Mônica Viegas Andrade, Ana Carolina Maia e Cristina Guimarães Rodrigues** focam o estudo na área de saúde suplementar, a qual ainda é pouco conhecida, apresentando indicadores de gastos com consultas, exames e internações no setor de saúde suplementar de uma operadora no Estado de São Paulo, considerando a idade, o sexo e o *status* de sobrevivência dos pacientes, visto que estes fatores são essenciais para determinar os padrões de dispêndio das operadoras de planos de saúde. Com as mudanças no perfil epidemiológico, os estudos de carga de doenças tornam-se cada vez mais essenciais. Assim, **Luciane Santiago Tavares** e colegas, com uma análise macrorregional para o Estado de Minas Gerais, abordam este tema para mulheres entre 15 e 44 anos de idade e estimam a carga de doenças relacionadas à maternidade, indicador extremamente importante visto que não somente a mortalidade materna é um problema sério de saúde pública, mas também os anos vividos com incapacidades geradas por causas maternas. A relação entre ausência no trabalho e doença é analisada por **Celeste de Souza Rodrigues** et al., em que, apesar de ser um estudo não probabilístico realizado entre servidoras municipais de Belo Horizonte, as autoras encontram indícios importantes sobre o perfil dos servidores que mais relatam eventos de faltas relacionadas a problemas de saúde.

Os dois últimos artigos estão vinculados à mortalidade, mais especificamente associados ao crime e homicídios. **Bráulio Figueiredo Alves da Silva e Claudio Chaves Beato Filho** aplicam um modelo para determinar a relação entre características da vizinhança e medo do crime, no município de Belo Horizonte e municípios de sua região metropolitana, verificando que as mulheres e os mais idosos apresentam maior medo do crime, sendo que a estabilidade residencial diminui o medo do crime. Finalmente, **Luciana Teixeira de Andrade e Alexandre Magno Alves Diniz** apresentam uma avaliação da tese sobre interiorização dos homicídios, a partir de uma análise espacial e longitudinal para o Brasil, e concluem que, mais do que interiorização, ocorre uma reorganização dos espaços em torno da formação de agrupamentos de maior risco no país.

A nota de pesquisa de **Carlos Philipe Barbosa Polato** e colegas aborda o tema da medida de sobrevivência específica de pacientes com câncer de pulmão tratados no SUS, apontando para melhores resultados das estimativas de sobrevivência líquida, calculada por meio da tábua associada de decremento único, comparada ao uso da probabilidade bruta de morte.

A resenha do livro *Promoção e vigilância em saúde: guia para as ações no setor público federal*, organizado por Ada Ávila Assunção, é apresentada de maneira sucinta por **Adriane Mesquita de Medeiros e Renata Jardim**, indicando a importância de propostas de ações em saúde dos servidores públicos federais que considerem as mudanças demográficas.

Suzana Cavenaghi  
Editora Rebec, 2013-2014